

**Filosofia**

**Política,**

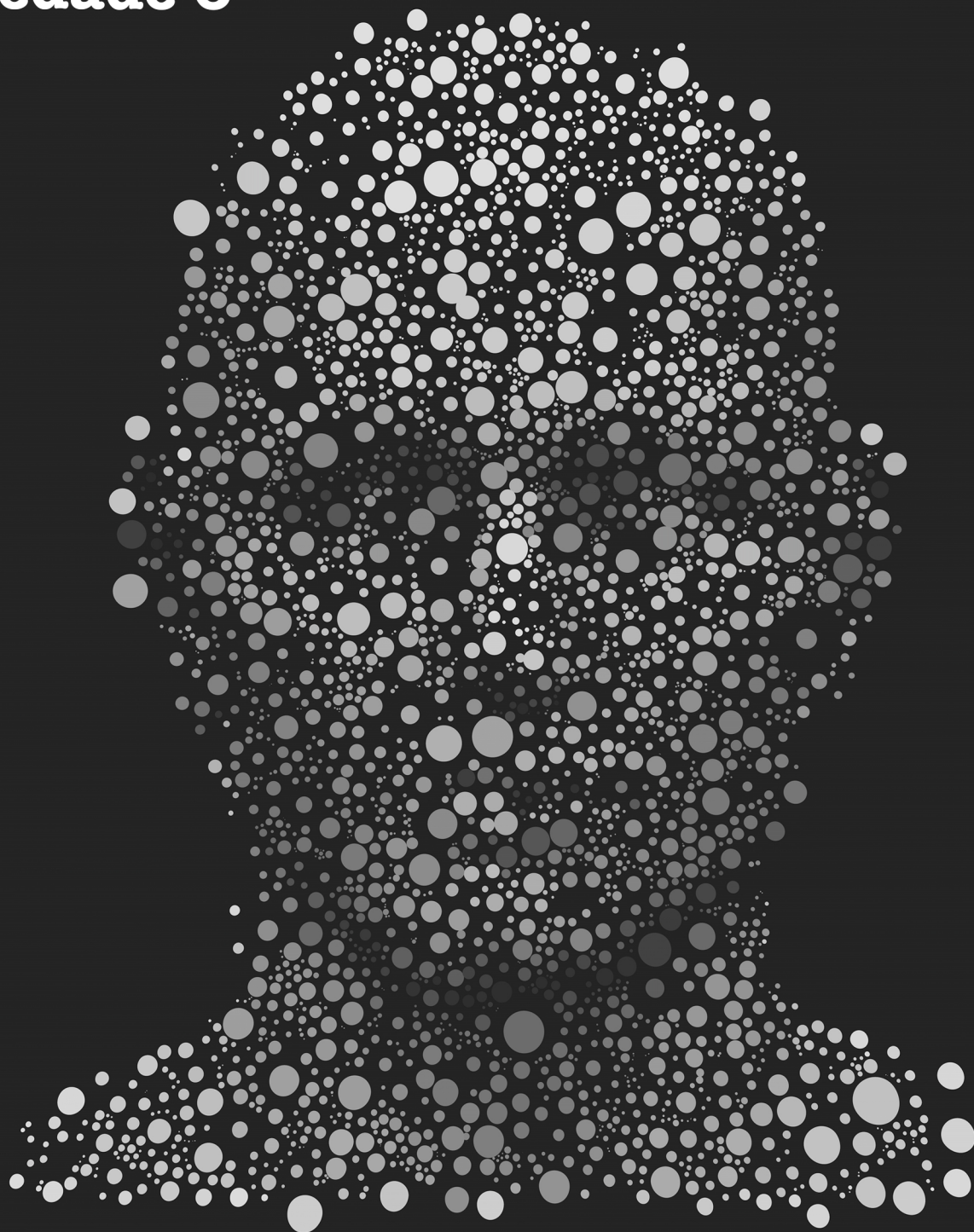
**Educação,**

**Direito e**

**Sociedade 6**

**Atena**  
Editora

Ano 2019



**Solange Aparecida de Souza Monteiro**  
**(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 6

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 6 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-099-5

DOI 10.22533/at.ed.995190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS	
Kênia Guimarães Furquim Camargo Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida Márcia Campos Moraes Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PESQUISAS STRICTO SENSU DO BRASIL	
Rayane de Jesus Santos Melo Milena Ross do Nascimento da Silva Mary Cidia Monteiro Sousa Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “DR. CARDOSO DE ALMEIDA” – BOTUCATU-SP (1953-1975).	
Laiene Okimura Kadena Leonardo Marques Tezza Rosane Michelli de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado Paula da Silva Vidal Cid Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	
Antonia de Abreu Sousa Elenilce Gomes de Oliveira Maria das Dores Viterbo Pereira Rhayane Hetley Santos de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	
Fernanda Batista do Prado Nilce Vieira Campos Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E DILEMAS	
Daniela Fernandes Rodrigues Farbênia Kátia Santos de Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9951904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
PROFESSORES INICIANTES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAÇÃO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.99519040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO TECNOLÓGICO E O DESAFIO ÀS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO AMAZONAS	
Maria do Carmo Ferreira de Andrade Ana Cláudia Ribeiro de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.99519040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>126</b>
TECNOLOGIA E PEDAGOGIA NO ENSINO A DISTÂNCIA DE ENGENHARIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO	
Manuel Gradim de Oliveira Gericota André Vaz da Silva Fidalgo Paulo Alexandre Duarte Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.99519040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES	
Ricardo Rafaell da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.99519040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>140</b>
TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: CONHECENDO OS ENTRAVES	
Mônica Izilda da Silva Adriana Vaz Eféisio Emanuel Marianna Centeno Martins de Gouvêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.99519040214</b>	

**CAPÍTULO 15 ..... 147**

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Priscilla Aparecida Santana Bittencourt  
João Pedro Albino

**DOI 10.22533/at.ed.99519040215**

**CAPÍTULO 16 ..... 152**

O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM QUÍMICA

Cezar Nonato Bezerra Candeias  
Luis Henrique Pereira de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.99519040216**

**CAPÍTULO 17 ..... 162**

ADAPTAÇÕES NO USO DOS JOGOS DIDÁTICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Eliziete Nascimento de Menezes

**DOI 10.22533/at.ed.99519040217**

**CAPÍTULO 18 ..... 169**

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO DIGITAL: UMA PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL

Valéria Pinto Freire  
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho  
Luciano Matos Nobre

**DOI 10.22533/at.ed.99519040218**

**CAPÍTULO 19 ..... 191**

ABORDAGEM METODOLÓGICA DE CHARGES EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

**DOI 10.22533/at.ed.99519040219**

**CAPÍTULO 20 ..... 197**

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EM PSICOPEDAGOGIA: AS DIFICULDADES DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
Gabriella Rossetti Ferreira  
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.99519040220**

**CAPÍTULO 21 ..... 208**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

Denise de Almeida Ostler  
Eduardo Calsan

**DOI 10.22533/at.ed.99519040221**



**CAPÍTULO 22 ..... 216**

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

Adilene Gonçalves Quaresma

Ari Silva Gobira

Eva Prado

**DOI 10.22533/at.ed.99519040222**

**CAPÍTULO 23 ..... 230**

LÍNGUA OU LÍNGUAS PORTUGUESAS? A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Alexandre António Timbane

Zacarias Alberto Sozinho Quiraque

**DOI 10.22533/at.ed.99519040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE

Amílcar Célio França Pessoa

**DOI 10.22533/at.ed.99519040224**

**CAPÍTULO 25 ..... 263**

UMA VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DO RAP E DA POESIA.

Andrey Soares Pinto

Mariana Aragão de Macêdo

Jéssica Laine Ramos Tavares

**DOI 10.22533/at.ed.99519040225**

**CAPÍTULO 26 ..... 268**

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EVASÃO ESCOLAR: entre o utopismo dialético e a distopia atual

Sandro José Costa Rebouças

Catarina Angélica Antunes da Silva

Bruno Chagas Carneiro

Gilson de Sousa Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.99519040226**

**CAPÍTULO 27 ..... 276**

AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA EM PORTUGAL: A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

Cássia Regina Dias Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.99519040227**

**CAPÍTULO 28 ..... 290**

APRENDIZAGEM: COMO EDUCADORA E EDUCADOR SOCIAL, O QUE É FUNDAMENTAL SABER SOBRE O TEMA?

Juliana dos Santos Rocha

Marlise Silva Lemos

Tamires Pinto Alves

**DOI 10.22533/at.ed.99519040228**

**CAPÍTULO 29 ..... 302**

ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZADOS EM CATALÃO, GOIÁS

Suelen Oliveira  
Ana Flávia Vigário

**DOI 10.22533/at.ed.99519040229**

**CAPÍTULO 30 ..... 314**

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NAS PRÁTICAS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA “PARA/COM” CRIANÇAS

Natalia Barboza Netto

**DOI 10.22533/at.ed.99519040230**

**CAPÍTULO 31 ..... 325**

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2013 - 2016

Maria Judivanda da Cunha  
Bernardino Galdino de Senna  
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares  
Fábio Alexandre Araujo dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.99519040231**

**CAPÍTULO 32 ..... 333**

GÊNERO TEXTUAL ORAL DA ESFERA RELIGIOSA: ESTUDO DA PREGAÇÃO

Angélica Prestes Rosas  
Letícia Jovelina Storto  
Solange Aparecida de Souza Monteiro  
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.99519040232**

**CAPÍTULO 33 ..... 342**

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO PROJETO ESCOLA LABORATÓRIO: DIALÓGOS E APROPRIAÇÕES MEDIADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mayara Broxado Dias  
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa  
Ilana Fernandes da Silva  
Natalia Ribeiro Ferreira  
Cláudia Andréia dos Santos Cardoso  
Vandercléia de Jesus Sousa Martins  
Dinair da Silva Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.99519040233**

**CAPÍTULO 34 ..... 349**

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Herika Paiva Pontes  
Luana de Sousa Oliveira  
Rafaela Lima Nascimento  
Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim  
Geraldo Bezerra da Silva Júnior  
Mirna Albuquerque Frota

**DOI 10.22533/at.ed.99519040234**

**CAPÍTULO 35 ..... 357**

ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS

[Jefferson Dagmar Pessoa Brandão](#)

**DOI 10.22533/at.ed.99519040235**

**CAPÍTULO 36 ..... 367**

UM ESTUDO SOBRE O MATERIAL APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: NA VISÃO DOS ALUNOS

[Sônia Aparecida Siquelli](#)

[Carlos Eduardo Negrão](#)

**DOI 10.22533/at.ed.99519040236**

**CAPÍTULO 37 ..... 376**

“EU TROPEÇO, MAS NÃO DESISTO”: CONDIÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES DE REDES PÚBLICAS E PRIVADAS NA PROFISSÃO

[Rodnei Pereira](#)

[Luciana Andréa Afonso Sigalla](#)

[Lisandra Marisa Príncipe](#)

**DOI 10.22533/at.ed.99519040237**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 388**

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

**Denise de Almeida Ostler**

Universidade Metodista de São Paulo  
de.scorpion@hotmail.com

**Eduardo Calsan**

Universidade Metodista de São Paulo  
eduardocalsan@uol.com.br

**RESUMO:** Esse trabalho de pesquisa tem como objetivo abordar aspectos inerentes à formação inicial do educando com deficiência, indistintamente, considerando-se as práticas e metodologias utilizadas na construção de seus saberes iniciais, os quais o conduzirão aos seus estudos futuros e a sua posterior inserção no mercado de trabalho. Justifica-se a pesquisa pelo fato de ser o Estado de São Paulo detentor do maior número de matrículas efetivas no ensino técnico e profissionalizante e não possuir uma Política Educacional inclusiva adequada, principalmente quando o cerne da questão é a formação do docente que atua nas escolas técnicas. Estudos teóricos e relatos de experiências mostram as principais dificuldades encontradas e propõem alguns caminhos possíveis para uma formação global, tanto técnica quanto cidadã.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Curso Técnico; Formação Docente.

**ABSTRACT:** This research aims to address

aspects inherent in the initial education of the learner with disabilities, indistinctly, considering the practices and methodologies used in the construction of their initial knowledge, which will lead him to his future studies and his subsequent insertion in the labor market. The research justifies the fact that it is the State of São Paulo that holds the largest number of effective enrollments in technical and vocational education and does not have an adequate Inclusive Educational Policy, especially when the core of the issue is the training of teachers working in technical schools. Theoretical studies and reports of experiences show the main difficulties encountered and propose some possible ways for a global training, both technical and citizen.

**KEYWORDS:** Inclusion; Technical Course; Teacher Training.

### 1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

O ensino técnico no Brasil vem passando por marcantes transformações, depois de quase uma década de desmonte e desfiguração com a promulgação do Decreto-Lei 2208/97, poucos são os investimentos e insignificativa é a atenção demandada para esse ramo notando-se, por sua vez, a desconstrução desta modalidade de ensino que, numa visão romântica e ideal,

contribuiria para mudanças e recondução do cidadão à condição de ser produtivo e atuante na sociedade onde está inserido. Esse mesmo Decreto dá ênfase a uma visão política e econômica, deixando a qualidade dessa modalidade de educação em último plano.

Essas transformações tocaram de maneira significativa o Centro Paula Souza, autarquia da então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, mantenedor da rede de escolas técnicas do estado de São Paulo, Estado pertencente à federação que possui o maior número de matrículas efetivas, conforme (Calsan, 2014). Em comparação com a Rede Federal de Ensino (institucionalizada e regulamentada em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha), o Centro Paula Souza possui uma grande estrutura, implementada a partir de 1969 pelo governador Abreu Sodré, sofrendo grande impacto quando a legislação a respeito do ensino técnico e profissionalizante é alterada:

	Centro Paula Souza	Rede Federal (*)
Unidades	218	39
Cidades atendidas	160	39
Alunos atendidos	212.000	28.000
Cursos oferecidos	135	35

(\*) considerado apenas o estado de São Paulo

Tabela 1: Comparativo entre a rede federal e a rede estadual, segundo (Calsan, 2015)

Com a revogação do Decreto-Lei 2208/97 pelo Decreto-Lei 5154/04, tenta-se a retomada da qualidade nesta modalidade de ensino, buscando-se mais uma vez a visão romântica e ideal. Não obstante em consonância com a Lei 9394/96 (LDBEN), em seu Capítulo III, Artigo 39 seja assegurado que “a *educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*”.

Entretanto, no que diz respeito à educação inclusiva, percebe-se que mesmo não tendo dimensões recentes no contexto educacional, temos ainda um longo caminho a trilhar, pois conforme define (Mantoan & Araújo, 2006), a inclusão vai além do trabalho com o aluno deficiente, implica em mudanças nas perspectivas educacionais:

“a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral [...]”.

Historicamente, o Brasil vem lutando na construção de uma política pública inclusivista sólida e eficaz que ofereça um atendimento educacional em consonância com o que dispõe a legislação vigente, entretanto nem sempre temos essas condições garantidas, permitindo de certa forma que entidades privadas deem cumprimento às mesmas, abjurando o dever do Estado de promotor da igualdade e dos direitos de seus cidadãos.

As primeiras iniciativas foram registradas no Brasil Império, por D. Pedro II a partir de 1854, quando fundou no Estado do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em funcionamento ainda hoje como Instituto Benjamin Constant, em 1857, fundou Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, também no Estado do Rio de Janeiro, atualmente com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Ainda sob uma visão histórica, estudiosos apontam que no Brasil “*a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX*” (Mazzotta, 2005, p. 27). O autor diz ainda que

“durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isolados, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências. A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX”.

Ações foram sendo deflagradas por todo território nacional e na primeira metade do século XX podemos notar o interesse da sociedade para com a educação do deficiente, a exemplo da criação do Instituto Pestalozzi, no Rio Grande do Sul, em Canoas, especializado no atendimento para deficientes mentais no ano de 1926, em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), fundada na cidade do Rio de Janeiro tendo como objetivo cuidar dos problemas relacionados ao deficiente mental.

A LDB Lei 4024/61 reafirmando o direito do deficiente à educação “*indica em seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação*”. (Mazzotta, 2005). Em 1971 a nova LDB 5692/71, define o objetivo geral para o atendimento ao ensino do 1º e 2º graus (comum ou especial) como o de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”.

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal, definindo a educação como um direito de todos, sem preconceitos e discriminação, garantindo o acesso e permanência na escola, onde o Estado tem o dever de ofertar o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.

Entretanto é a partir da década de 1990 que o processo de inclusão é alavancado com movimentos nacionais e internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (ONU), (Conferência de Jomtien, Tailândia - 1990), que promove a universalização do acesso à educação, ainda em 1990 (ECA, Lei nº 8069/90). No Art. 53, assegura a todos os direitos à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, em 1994 temos a Declaração de Salamanca, na (Espanha), da qual o Brasil é signatário, reforça a ideia de que políticas, princípios e práticas em

educação especial fortes e perenes, precisam ser implementadas para assegurar o direito à educação de todos e todas, sem exceção, reforçando assim o compromisso firmado na Conferência Mundial de Educação para todos.

Em 2008, A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pautada no Programa São Paulo Faz Escola, objetivando a implantação de uma Proposta Curricular e do planejamento da construção de uma escola pública de qualidade, por meio da Resolução SE – 11 de 31/01/2008, dispõe sobre o atendimento de “alunos com necessidades educacionais especiais” nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Como verificamos, em nenhum momento da história as legislações apresentadas tratam da educação profissional de indivíduos com deficiência ou superdotação. Essa é uma realidade, presente em toda a rede de escolas do Centro Paula Souza, há uma necessidade urgente de que sejam definidas políticas de atendimento e procedimentos didáticos pedagógicos, amparados pela legislação vigente, de modo a oferecer a “todos” os alunos uma formação que contemple a “todos” e que resulte no êxito.

## **2 | OBJETIVO: A JUSTIFICATIVA DO TRABALHO**

O estado de São Paulo concentra a maior rede de escolas públicas para o ensino técnico no país, segundo os números apresentados anteriormente. Só este fato já justificaria uma política pública para o atendimento a alunos com deficiência, ancoradas na Constituição Federal e na LDB vigente, bem como no Decreto-Lei 5154/04, de modo a garantir e, de certa forma, uniformizar o atendimento e também municiar o professor da escola técnica com conhecimento, competências e, sobretudo, respeito às diferenças, características mínimas necessárias na condução do assunto.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é mostrar as boas práticas contra uma inclusão excludente, que ocorre no cotidiano, do campus das ETEC, traduzindo para os docentes maneiras de laborar usando o bom senso, atenção, sensibilidade e respeito e para com aquele aluno que apresenta formas diferentes de aprender.

## **3 | MATERIAIS E MÉTODOS: OS MEIOS PARA A PESQUISA**

Escrever, falar ou agir sobre as boas práticas educacionais para alunos com algum tipo de deficiência no ensino técnico, requer não somente revisitar a legislação específica vigente para essa modalidade de ensino, ou a Constituição Federal, mas também metodologias e técnicas que despertem no aluno habilidades, competências e capacidades, pois se trata de um aluno do século XXI, inserido no ensino técnico, que sem dúvidas, almeja uma posição no mercado de trabalho. Considerando os avanços educacionais, o que deveria ser algo natural apresenta-se ainda hoje de forma lenta. Assim, levando-se em consideração o eixo técnico escolhido, evidencia-se aqui um “meio legal” para o auxílio na construção deste estudo.

O “meio metodológico” deste estudo será um híbrido entre história oral, autobiografia e pesquisa-ação. (Demartini, 2014) resume este “meio”

*“Entendemos a História Oral como abordagem metodológica em que há um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, procurando desvendá-lo a partir dos relatos orais dos sujeitos envolvidos, em complementariedade com o uso de outras fontes escritas, iconográficas, materiais, etc.”.*

Deve-se deixar claro que o “meio metodológico” se deu através de debates, e discussões com alguns docentes das unidades escolares do Centro Paula Souza, na região do ABCDMR (região da grande São Paulo que engloba os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), envolvidos de alguma forma no atendimento e, principalmente, na formação do aluno com deficiência. Ou seja, nos momentos descritos não houve a preocupação da formalização, de uma estruturação para a tomada de dados, o que facilitou muito a aquisição das informações para compor este estudo uma vez que as respostas aos questionamentos foram procuradas e amarradas em conjunto, onde a palavra de ordem era “respeito” ao estudante, à lei e à profissão docente.

Por fim, constituiu-se o “meio prático”, aquele que resume as boas práticas e os caminhos usados pelos docentes para se garantir a formação do aluno, enquanto profissional e cidadão, garantido por lei e esquecido pelo Estado.

Ou seja, houve a junção do relato de experiência do engenheiro, professor de escola técnica e sem intimidade com o movimento de inclusão e o relato de pesquisa da pedagoga, estudiosa do assunto e sabedora dos procedimentos legais e formais por atuar diretamente na gestão e aplicação de metodologias na educação inclusiva.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DOS MEIOS LEGAL, METODOLÓGICO E PRÁTICO**

A inclusão no curso técnico é perpassada pelos meios elencados. Mesmo ainda com poucos casos identificados, e cada um com sua individualidade, requerem respeito e dedicação do docente e da gestão escolar, de modo a se garantir um ambiente saudável e seguro durante a trajetória do estudante.

Todo o processo se inicia na inscrição para o vestibulinho, onde o candidato indica a necessidade de atendimento especial durante a prova. O Centro Paula Souza prevê essa situação no “Manual do Candidato” e disponibiliza os recursos para que o indivíduo possa realizar seu teste.

O momento da matrícula deveria ser o ponto de partida para a reestruturação da unidade escolar e capacitação dos docentes que ministrarão aulas para o agora aluno, já que seu responsável ou tutor entregaria laudo correspondente ao diagnóstico. Neste momento há um ponto de tensão entre a realidade e a aceitação, por parte do responsável pelo aluno, que não o enxerga, muitas vezes, como deficiente. O intuito não é discriminar, mas garantir que todos os caminhos sejam disponibilizados e



trilhados para que este aluno curse a habilitação escolhida, segundo preconiza o (Mec, 2007) “(...) o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (...)”.

Vencida esta etapa, inicia-se o semestre/ano letivo. As aulas começam e os docentes põem em prática tudo aquilo que planejaram em seus PTD (Plano de Trabalho Docente; documento feito a cada início de ciclo, onde constam as bases tecnológicas a serem desenvolvidas em cada disciplina, reunidas no Plano de Curso da habilitação/curso). Como planejar uma aula, teórica ou prática, desconhecendo a matrícula de um aluno deficiente, dentre outros? Ainda nessa linha de raciocínio, existirá infraestrutura adequada e adaptada para atendimento a esse estudante, nos laboratórios ou mesmo o acesso até eles, já que a maioria das unidades antigas do Centro Paula Souza é tombada pelo patrimônio histórico local, não dando possibilidade de alteração no prédio? Haverá tempo hábil para a readequação do espaço, deixando-o apto para receber o educando?

Por isso os primeiros momentos do professor com a nova turma são essenciais e vitais para a identificação desse aluno, quando não houver diagnóstico. E duas disciplinas, na área de exatas, revelam características até então encobertas, não formalizadas: desenho técnico e matemática. Ambas, através de traços livres e raciocínio (rápido ou lento) acabam por identificar possíveis atitudes que balizarão a lida pedagógica, didática e metodológica com esse aluno. Deixando claro que os docentes de curso técnico (com raras exceções) não estão capacitados, habilitados ou preparados para um diagnóstico precoce e preciso dos possíveis problemas: síndromes, transtornos ou defasagem no processo de ensino aprendizagem do referido aluno, são apenas professores que diante da observação, se empenham para um atendimento diferenciado, humano, não discriminatório e inclusivo, para que esse aluno cresça com a turma e tenha as mesmas condições técnicas para ocupar uma vaga no mercado de trabalho.

Durante o contato do professor com o aluno deficiente, como proceder quando por desconhecimento, despreparo ou medo atua de forma excludente, e por vezes, tecendo comentários descabidos?

E quanto ao aluno tido como “normal”? Como orientá-lo diante da “diferença”, se eles mesmos não possuem uma cultura de acolhimento, de inclusão, por conta do seu próprio dia a dia e da sociedade onde está inserido?

Então, diante do exposto até aqui e também de toda a discussão e de todo o debate que o tema desperta e ainda ancorado em (Alquéres, 2005), que diz que o sistema educacional brasileiro até a década de 1970 (modelo de integração) segregava o estudante não enquadrado nos padrões aceitáveis e que este modelo passa a ser questionado a partir da década de 1980, sendo substituído nos anos 1990 por uma educação inclusiva, verifica-se que a inclusão no curso técnico necessita de uma

atenção própria e mais aprimorada, para que todos sejam beneficiados e cresçam sempre como profissionais e, principalmente, como seres humanos conscientes e cientes da igualdade entre todos e todas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: O INÍCIO DO CAMINHO

Mesmo com pouca ou nenhuma capacitação na área de inclusão, os professores de curso técnico conseguem muitos avanços para ajudar o aluno deficiente a concluir sua formação profissional.

Neste sentido, o Centro Paula Souza contribuirá de maneira significativa oferecendo aos seus docentes informações sobre: legislação, capacitação, relatos de experiências bem sucedidas no trato com alunos deficientes, de modo a ajudar o professor a não mais ter só o “*feeling*” mas também competência e habilidade na execução de sua tarefa com essa demanda. Desta forma, mesmo sem nenhum indicativo aparente ou diagnóstico formal, o docente poderia incluir atividades em seu PTD, garantindo atendimento ao aluno.

Atrelar a matrícula à inscrição, seu primeiro momento de contato do aluno com o Centro, onde seu diagnóstico é relatado de maneira mais espontânea (*online*, anônimo), já possibilitando um trabalho prévio da equipe gestora (recursos, infraestrutura) e do docente pertencente ao curso escolhido pelo aluno.

Habilitar e conscientizar todos os professores da unidade escolar que recebeu a matrícula para que eles entendam o momento deste aluno e possam ajudá-lo garantindo, desta maneira, o respeito que ele merece e espera do educador. Assim também os alunos da turma, do curso e da comunidade escolar saberão como agir, sempre em prol do crescimento profissional e cidadão de todos e todas.

Esgotar todas as possibilidades de adaptação e infraestrutura, sem improvisos e com prazos factíveis, deixando os prédios acessíveis e seguros para abrigo dos alunos com deficiência.

Reforçar as “disciplinas diagnósticas” com docentes mais bem preparados, materiais diferenciados, currículos adaptados, possibilitando evidenciar alterações de comportamento e outros desdobramentos de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos.

Firmar acordos com empresas locais para que esse aluno seja recebido pelo mercado de trabalho, durante ou após sua formação, estimulando a tomada de decisões rápidas e assertivas de modo a possibilitar os estudos do educando (as empresas contribuiriam com a infraestrutura e orientações quanto ao seu processo produtivo, facilitando o ensino e a aprendizagem).

Como visto, o assunto é vasto e gera muitas discussões. Pequenas atitudes e mudanças na maneira de ver o outro garantem o respeito e o direito de “*todos*” à educação. Para concluir, não de uma forma cabal, registra-se o sentimento do pai de um educando cadeirante, já formado em uma ETEC, quando a coordenação do curso

o questiona sobre como lidar diante das necessidades de seu filho: “o trabalho da ETEC é fantástico! O que não pode acontecer aqui é a inclusão excludente!”.

## REFERÊNCIAS

- 1- Alquéres, H (2005). *O desafio da inclusão*. In: GIL, M. (org.). *Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Rede Saci/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Ashoka.
- 2- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.
- 3- Brasil (1996). *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília.
- 4- Brasil (2004). *Decreto-Lei 5154, de 23 de julho de 2004*. Brasília.
- 5- Brasil (2007). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/ SEESP (p. 8).
- 6- Calsan, E. (2014). *A qualidade do ensino técnico: do direito à realidade*. In: *Convenit Internacional*. São Paulo/Porto: Universidade de São Paulo-USP, Universidade do Porto, Universidade Metodista de São Paulo-UMESP, n. 16, set-dez/2014. Disponível em <http://www.hottopos.com/convenit16/index.htm>.
- 7- Calsan, E. (2015). *A visão do professor de curso técnico a partir de 1996*. 2º Simpósio dos Ensinos Médio, Técnico e Tecnológico – Práticas de Ensino e Pesquisa. São Paulo: Centro Paula Souza. Disponível em [http://www.ensinomedio.net/documents/ISBN\\_978-85-99697-53-5.pdf](http://www.ensinomedio.net/documents/ISBN_978-85-99697-53-5.pdf).
- 8- Demartini, Z. (2014). *Narrativas e educação: notas metodológicas*. Sorocaba: UNISO.
- 9- Mantoan, M & Araújo, U. (2003). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 1ª ed. Coleção Cotidiano Escolar. São Paulo: Moderna (p. 19).
- 10- Mazzotta, M. (2005). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez (pp. 27-68).
- 11- São Paulo. (2008). Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação. *Caderno do Gestor. Gestão do Currículo na escola/ volume1/ Zuleika de Felice Murrie*. - São Paulo: SEE.
- 12- UNESCO. *Declaração de Salamanca – Sobre princípios, políticas e práticas na educação especial*. Salamanca, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-099-5

